



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS

SELEÇÃO SIMPLIFICADA DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO 2019

Nome do Candidato

Assinatura do Candidato

PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL
DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL
JUIZADO ESPECIAL

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 40 (quarenta) questões.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTA que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a FOLHA DE RESPOSTAS.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua FOLHA DE RESPOSTAS.
- O caderno de provas poderá ser levado pelo candidato 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

1) (PR-4 UFRJ- 2016-UFRJ – Técnico em Radiologia Geral – Adaptada) Leia o texto abaixo:

O programa Escola Sem Partido, também conhecido como Lei da Mordada, é uma proposta de lei que pretende impedir os professores do ensino fundamental e médio de expor e discutir, em sala de aula, suas opiniões e convicções a respeito de temas como religião, sexualidade e política.

Ele prevê a fixação, em todas as salas, de um cartaz intitulado “Deveres do Professor”, entre os quais figura o de “não fazer propaganda político-partidária nem incitar seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”.

Para os apoiadores dessa ideia, como pastores evangélicos e políticos e organizações conservadores, o ensino estaria contaminado por “ideologias de esquerda e de gênero”.

Maria Cristina Miranda da Silva, diretora e professora de Artes Visuais do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRJ e participante ativa da “Frente Nacional Escola sem Mordada”, classifica o programa como um retrocesso.

“Na UFRJ, consideramos inadmissível a postura do MEC e do governo, que, antes de receber as entidades acadêmicas e sindicais da educação, recebeu um pretenso ator junto com um grupo que propugna o cerceamento da liberdade de cátedra e difunde valores de ódio na sociedade. É preciso que os educadores e educadoras se posicionem publicamente sobre tamanho retrocesso” afirma.

(Texto adaptado de *Professores reagem ao “cala a boca” do Escola sem Partido*, publicado no Boletim CONEXÃO UFRJ, Edição 2 | setembro de 2016. <https://conexao.ufrj.br/node/34>)

Considerando a frase “...junto com um grupo que **propugna** o cerceamento da liberdade...”, marque a alternativa com a palavra que substitui o termo **propugna**, em destaque, sem alterar o sentido da frase.

- A) combate
- B) sustenta
- C) opugna
- D) acomete
- E) contesta

2) (FCC - 2016 - TRF - 3ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Informática)

Está **correta** a redação da seguinte frase:

A) No futuro, quando todos os que hoje circulam por São Paulo, já não estiverem mais aqui a paineira continuará a presenciar, as transformações em que o progresso sujeita a cidade.

B) Há pessoas que se reúnem em parques com o simples propósito de abraçar árvores, alegando de que essa é uma prática terapêutica, que combate o estresse e a depressão.

C) Os trabalhadores de São Paulo frequentemente, passam pela paineira da Biblioteca Mario de Andrade e não reparam de que se trata de uma árvore centenária, que está ali antes deles.

D) Ao se deparar com seu editor, Antonio teve a ideia de convencer-lhe de que a árvore estava sendo estudada por que faria parte de seu livro e, para tanto era necessário medir o seu perímetro.

E) Por abrigar esculturas de insígnias artistas brasileiros, o Cemitério da Consolação tornou-se um importante ponto turístico da cidade de São Paulo, do qual os paulistanos se orgulham.

3) (UFCG – 2008 – TJ-PB – Técnico Judiciário)

Assinale o trecho em que a concordância verbal está em **desacordo** com a norma escrita padrão.

A) Vários são os mitos que povoam o universo da educação. Um deles está relacionado com o avanço da tecnologia e consiste na supervalorização do uso dos computadores como fator de diferenciação entre os alunos que a eles têm acesso ou não.

B) De acordo com esse mito, o aluno pobre, por exemplo, oriundo das escolas públicas, por não disporem desses instrumentos, tenderiam a apresentar resultados inferiores àqueles outros que têm essas máquinas ao alcance.

C) Pesquisas indicam, no entanto, que as máquinas são importantes na escola, mas não são tudo. A existência da máquina pela máquina, sem um planejamento adequado do seu uso, terá eficácia limitada.

D) Casos de usos adequados dos recursos tecnológicos na escola acontecem como uma revolução silenciosa, e valem muito mais do que pregações vazias feitas com a falsa ideia de resolver os problemas da educação.

E) A escola precisa, acima de tudo, de diretores, professores e pais atuantes, ao lado dos alunos, provando, a partir do exemplo, que é possível alcançar objetivos quando estes são bem definidos e compartilhados.

4) (FCC - 2012 - SPPREV - Técnico em Gestão Previdenciária - Adaptada)

Preenchem corretamente as lacunas da frase abaixo, na ordem dada:

Pode-se apontar como positivo o fato de que as novas gerações são menos resistentes mudanças. Mas seria um erro supor que os que defendem valores estabelecidos, em oposição outros valores considerados inovadores, estejam invariavelmente errados. Por outro lado, como a mudança é intrínseca vida em sociedade, tentar impedi-la torna-se impossível.

A) a - a - à

B) a - à - a

C) à - a - à

D) à - à - a

E) à - à - à

5). (VUNESP – 2006 – TJ-SP – Técnico Judiciário) O texto a seguir é uma das muitas piadas que circulam pela Internet.

Leia-o para responder a questão.

A filha entra no escritório do pai, com o marido a tiracolo, e

indaga sem rodeios:

— Papai, _____ você não coloca meu marido no lugar do seu sócio que acaba de falecer?

E o pai responde de pronto:

— Olhe, filha, _____ com o pessoal da funerária! Por mim, tudo bem...

Assinale a alternativa correta quanto à concordância nominal e verbal, de acordo com a norma culta.

A) Quando entrou no escritório do pai, a filha estava meia nervosa.

B) Filha e pai eram tal qual dois inimigos conversando ironicamente.

C) A ansiosa filha entrou no escritório do irônico pai para fazer-lhe um pedido.

D) Pessoas nervosas e bastantes ansiosas põe o semelhante em situações embaraçosa.

E) Interesseiras filha e marido entraram no escritório do pai para fazer-lhe um pedido.

6) (VUNESP – 2006 – TJ-SP – Técnico Judiciário) O trecho a seguir é a introdução de um texto de Jô Soares. Leia-o para responder a questão.

A verdade é que não se escreve mais como antigamente, pois naquele tempo não havia computadores e, por incrível que pareça, nem mesmo canetas esferográficas. Porém, se fôssemos registrar em papel todos os absurdos do ser humano, não sobraria sequer uma resma para os cartões de Natal. (Jô Soares. Veja, 01.05.1996)

Assinale a frase correta quanto à concordância verbal.

A) Naquele tempo, não existiam computadores.

B) Naquele tempo, as pessoas não tinha computadores.

C) Naquele tempo, não se encontrava facilmente computadores.

D) Naquele tempo, nem haviam os computadores.

E) Naquele tempo, nem se ouviam falar dos computadores.

7) (OBJETIVA – 2012 – EPTC – Técnico de Informática - Adaptada)

“Estavam ensinando os códigos de trânsito.”

Ao se passar a oração acima para a voz passiva analítica, ter-se-á:

A) Os códigos de trânsito iam ser ensinados.

B) Ensinam-se os códigos de trânsito.

C) Os códigos de trânsito foram ensinados.

D) Os códigos de trânsito estavam sendo ensinados.

E) Os códigos de trânsito poderiam ser ensinados.

8) (FCC - 2017 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária)

Atenção: Para responder à questão, considere o texto abaixo

Amizade

A amizade é um exercício de limites afetivos em permanente desejo de expansão. Por mais completa que pareça ser uma relação de amizade, ela vive também do que lhe falta e da esperança de que um dia nada venha a faltar. Com o tempo, aprendemos a esperar menos e a nos satisfazer com a finitude dos sentimentos nossos e alheios, embora no fundo de nós ainda esperemos a súbita novidade que o amigo saberá revelar. Sendo um exercício bem-sucedido de tolerância e paciência – amplamente recompensadas, diga-se – a amizade é também a ansiedade e a expectativa de descobrirmos em nós, por intermédio do amigo, uma dimensão desconhecida do nosso ser.

Há quem julgue que cabe ao amigo reconhecer e estimular nossas melhores qualidades. Mas por que não esperar que o valor maior da amizade está em ser ela um necessário e fiel espelho de nossos defeitos? Não é preciso contar com o amigo para conhecermos melhor nossas mais agudas imperfeições? Não cabe ao amigo a sinceridade de quem aponta nossa falha, pela esperança de que venhamos a corrigi-la? Se o nosso adversário aponta nossas faltas no tom destrutivo de uma acusação, o amigo as identifica com lealdade, para que nos compreendamos melhor.

Quando um amigo verdadeiro, por contingência da vida ou imposição da morte, é afastado de nós, ficam dele, em nossa consciência, seus valores, seus juízos, suas percepções. Perguntas como “O que diria ele sobre isso?” ou “O que faria ele com isso?” passam a nos ocorrer: são perspectivas dele que se fixaram e continuam a agir como um parâmetro vivo e importante. As marcas da amizade não desaparecem com a ausência do amigo, nem se enfraquecem como memórias pálidas: continuam a ser referências para o que fazemos e pensamos.

(CALÓGERAS, Bruno, inédito)

Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

A) Sendo falíveis, somos também sujeitos à toda sorte de imperfeições, inclusive a própria amizade não se furta aquela verdade.

B) O autor do texto considera que, por maior e mais leal que seja, uma amizade tem de contar com os limites da afetividade humana.

C) A prática das grandes amizade supõem que os amigos interajam através de sentimentos leais, de cujo valor não é fácil discernir.

D) Não se devem imaginar que os nossos defeitos escapem na observação do amigo, por onde, aliás, devemos ter boas expectativas.

E) Requer muita paciência e muita compreensão os momentos em que nosso amigo surpreende-nos os defeitos que imaginávamos ocultos.

9) (VUNESP - 2017 - TJM-SP - Escrevente Técnico Judiciário) Uma frase escrita em conformidade com a norma-padrão da língua é:

A) O pai alegou em que tinha sobrevivido dois anos com sua própria comida.

B) O pai tentou persuadir o filho de que era capaz de cozinhar.

C) O pai não conseguiu convencer o filho que estava apto com cozinhar.

D) O pai acabou revelando de que não estava preparado de cozinhar.

E) O pai aludiu da época que tinha sobrevivido com sua própria comida.

10) (FCC - 2017 - TRE-SP - Analista Judiciário - Área Judiciária) Atente para as frases abaixo:

I. Sendo a amizade, um exercício de limites afetivos, há que se considerar alguma insatisfação, que disso decorra.

II. A própria passagem do tempo faz com que, nossas amizades, venham a encontrar uma boa forma de depuração.

III. Uma amizade, ainda que imperfeita, não nos decepcionará, a menos que lhe dermos um valor absoluto.

É inteiramente adequada a virgulação do que está APENAS em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) III.
- E) II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. **(Técnico Médio de Defensoria Pública – DPE-RJ 2019 – FGV)** Policiais militares, em operação de combate ao tráfico de entorpecentes, trocaram disparos de arma de fogo com criminosos em comunidade do Rio de Janeiro. Durante a troca de tiros, um projétil de arma de fogo atingiu a cabeça da criança João, de 6 anos, que estava de uniforme a caminho da escola e faleceu imediatamente. Câmeras de vigilância e perícia de confronto balístico comprovaram que o disparo que vitimou o menor se originou da arma do PM José.

A família de João buscou assistência jurídica da Defensoria Pública, que:

- a) informou da impossibilidade de ajuizar ação indenizatória contra o Estado do Rio de Janeiro, pois a Defensoria integra o Poder Executivo estadual.
- b) informou da impossibilidade de ajuizar ação indenizatória contra o Estado do Rio de Janeiro, pois o policial agiu no estrito cumprimento de seu dever legal.
- c) ajuizou ação indenizatória em face do PM José, com base em sua responsabilidade civil objetiva, devendo ser comprovado que o policial agiu com culpa ou dolo.
- d) ajuizou ação indenizatória em face do Estado do Rio de Janeiro, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de que o policial agiu com culpa ou dolo.
- e) ajuizou ação indenizatória em face do Estado do Rio de Janeiro, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação de que o policial agiu com culpa ou dolo.

12. **(Procurador do Município – Prefeitura de São José do Rio Preto/SP 2019 – VUNESP).**

O controle jurisdicional dos atos administrativos:

- a) pode recair sobre atos administrativos vinculados e discricionários, relativamente ao mérito e a quaisquer de seus elementos.
- b) pode incidir sobre atos administrativos vinculados, mas não sobre atos administrativos discricionários.
- c) tendo em vista o princípio da deferência, limita-se à verificação da autoridade competente, da adoção da forma prescrita em lei e do trâmite regular do respectivo procedimento administrativo, não podendo recair sobre o mérito administrativo ou a finalidade do ato.
- d) pode recair sobre atos administrativos vinculados e discricionários, desde que, em qualquer caso, esgotadas as instâncias de controle administrativo.
- e) pode recair sobre atos administrativos vinculados e discricionários, não cabendo ao Poder Judiciário, entretanto, o controle do juízo de oportunidade e conveniência exercido com razoabilidade e motivação pela Administração Pública dentro dos parâmetros legais.

13. **(Analista Executivo – Administrador – SEGEP-MA 2018 – FCC).** Os atos administrativos, assim considerados como espécie de ato jurídico, apresentam, em função do regime de direito público que os informa, alguns atributos específicos. Nesse sentido, são dotados de tipicidade, que corresponde

- a) à eficácia do ato perante particulares, independentemente da concordância ou anuência dos mesmos.
- b) ao atributo pelo qual o ato pode ser posto em execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.
- c) à obrigatoriedade de o ato praticado corresponder a figuras previamente definidas pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

- d) à sua prevalência em relação a preceitos legais e normativos, fundada na supremacia do interesse público.
- e) ao atributo do qual decorre a inversão do ônus da prova quanto à veracidade dos fatos que embasam a prática do ato.

14. (Assistente Ministerial de Controle Externo – MCP-PA 2019 - CESPE) A permissão para que o poder público interfira na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo-se direitos individuais, fundamenta-se no

- a) poder hierárquico.
- b) poder regulamentar.
- c) poder de polícia.
- d) poder disciplinar.
- e) abuso de poder.

15. (Agente de Trânsito e Transporte – Prefeirua de Salvador/BA 2019 - FGV) João, agente de trânsito e transporte do Município de Salvador, realizava *blitz* a fim de verificar a regularidade dos sistemas de trânsito e de transporte.

Por coincidência, Mário, seu vizinho e antigo desafeto que conduzia um caminhão na área urbana, foi parado na *blitz* para ser fiscalizado. Ainda que não tenha sido encontrada qualquer irregularidade no veículo inspecionado, João lavrou auto de infração em desfavor de Mário, exclusivamente por retaliação.

No caso em tela, João violou, frontal e diretamente, princípios constitucionais da Administração Pública. Assinale a opção que os indica.

- a) Legalidade e pessoalidade.
- b) Segurança jurídica e autotutela.
- c) Razoabilidade e publicidade.
- d) Moralidade e impessoalidade.
- e) Isonomia e competitividade.

16. (Técnico Fazendário – Prefeirua de Manaus/AM 2019 - FCC) Os princípios da eficiência e da moralidade, que regem a atuação da Administração pública,

- a) admitem interpretação que sobreponha seu conteúdo e hierarquia ao de norma jurídica prevista em lei formal, dada sua capacidade de atualização e ajuste ao caso concreto.
- b) não são passíveis de serem objeto de controle por órgãos externos, dado seu conteúdo fluido e desprovido de elementos concretos e tutela formal em lei.
- c) se sobrepõem aos demais princípios administrativos explícitos e implícitos, em razão do conteúdo de interesse público transversal que expressam.
- d) não impedem o exercício do controle pelo Tribunal de Contas, ao qual também é dado inferir conteúdo de economicidade aos atos e contratos administrativos.
- e) afastam a possibilidade de controle judicial quando tiverem sido o fundamento da edição de atos e celebração de contratos administrativos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

17. (Técnico Administrativo ANS 2016 - FUNCAB)

Integram o Poder Judiciário, Exceto:

- a) Ministro do tribunal Superior do Trabalho.
- b) Desembargador de Tribunal de Justiça.
- c) Ministro da Justiça.
- d) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz Militar.

18. (Técnico Administrativo ANS 2016 - FUNCAB) A Constituição da República Federativa do Brasil é classificada como:

- a) promulgada, escrita, sintética, rígida e preceitual.
- b) escrita, promulgada, formal, rígida e histórica.

- c) outorgada, costumeira, sintética, histórica e flexível.
- d) escrita, promulgada, analítica, pricipiológica e rígida.
- e) escrita, outorgada, sintética, dogmática e pricipiológica.

19. **(Técnico Judiciário – Área Administrativa TRE/SP 2017 – FCC)** Seria incompatível com as normas constitucionais garantidoras de direitos e garantias fundamentais:

- a) o estabelecimento de restrições, por lei, à entrada ou permanência de pessoas com seus bens no território nacional.
- b) a reunião pacífica, sem armas, em local aberto ao público, independentemente de autorização, mediante aviso prévio à autoridade competente.
- c) a suspensão de atividades de associação por decisão judicial não transitada em julgado.
- d) a interceptação de comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal, por determinação da autoridade policial competente.
- e) a entrada na casa, sem consentimento do morador, em caso de flagrante delito, durante a noite.

20. **(Advogado – SEJUDH/MT 2017 – IBADE)** De acordo com o art. 5º da Carta Magna, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:

- a) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

- b) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.
- c) é livre a manifestação do pensamento, inclusive sob o anonimato.
- d) é plena a liberdade de associação de caráter paramilitar para fins lícitos.
- e) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

21. **(Delegado de Polícia Substituto – PC/GO 2017 - CESPE)** Assinale a opção correta a respeito da organização dos poderes e do sistema de freios e contrapesos no direito constitucional pátrio.

- a) Adotada por diversos países, entre eles o Brasil, a ideia de tripartição dos poderes do estado em segmentos distintos e autônomos entre si – Legislativo, Executivo e Judiciário – foi concebida por Aristóteles.
- b) A atividade legislativa e a de julgar o presidente da república nos crimes de responsabilidade são funções típicas do Poder Legislativo.
- c) Constitui exemplo de mecanismo de freios e contrapesos a possibilidade de rejeição, pelo Congresso Nacional, de medida provisória editada pelo Presidente da república.
- d) As expressões poder, função e órgão são sinônimas.
- e) A CF adotou o princípio da indelegabilidade de atribuições de forma absoluta, inexistindo qualquer exceção a essa regra.

22. **(Assistente Administrativo UNESP 2017 – VUNESP ADAPTADA)** A Constituição Federal dispõe que compete à UNIÃO, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, dentre outras matérias, sobre

educação e cultura. Assim, na aplicação das regras constitucionais, é correto afirmar que um princípio aplicável para esse tipo de competência é que:

- a) a lei federal é hierarquicamente superior a todas as demais leis.
- b) a lei estadual e a distrital prevalecem sobre a lei federal.
- c) a lei que prevalece é aquela que foi editada antes, não importando de federal, estadual ou distrital.
- d) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- e) os Estados e o Distrito Federal não podem legislar se não houver norma geral da União sobre a matéria.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

23. (Procurador Jurídico – Câmara de Olímpia/SP 2018 – VUNESP) Em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar:

- a) a lei em vigor terá efeito imediato e específico, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- b) nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se 3 (três) meses depois de oficialmente publicada, respeitando-se, ainda, a *vacatio legis* de 45 (quarenta e cinco) dias, salvo disposição em contrário.
- c) a lei posterior revoga totalmente a anterior quando expressamente o declare ou quando regule a matéria de que tratava a lei anterior, ainda que parcialmente.
- d) a lei nova que estabeleça disposições especiais a par das já existentes revoga a lei anterior.
- e) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

24. (Técnico Ministerial – Administrativa MPE-PE 2018 - FCC) Leandro, na condução de sua motocicleta, para não causar mal maior, decide deliberadamente jogá-la contra o automóvel de Roberto, provocando-lhe dano, evitando, assim, o atropelamento de Paulo, que, imprudentemente, atravessou a rua fora da faixa de pedestre e sem se atentar para o trânsito de veículos. Nesse caso, no tocante à colisão do veículo, Leandro terá praticado ato

- a) ilícito e injustificável em relação a Roberto, que nada tem a ver com a imprudência de Paulo.
- b) lícito, desde que as circunstâncias o tornassem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para evitar o atropelamento de Paulo.
- c) ilícito, porém justificável e legítimo, ainda que houvesse outro meio menos gravoso para evitar o atropelamento de Paulo.
- d) lícito, ainda que houvesse outro meio menos gravoso para evitar o atropelamento de Paulo.
- e) que não se qualifica como lícito ou ilícito, ante a excepcionalidade da situação de perigo iminente provocada por terceiro.

25. (Auditor Fiscal da Receita Federal – Bloco I, SEFAZ-RS 2019 - CESPE) De acordo com o Código Civil, terreno destinado ao estabelecimento de uma autarquia em determinado estado federado é um bem público

- a) de uso especial, que é inalienável enquanto conservar sua qualificação.
- b) singular, que é alienável desde que observada a forma como a lei determinar que ocorra esse ato.
- c) dominical, que é alienável desde que observada a forma como a lei determinar que ocorra esse ato.
- d) de uso comum, que é inalienável enquanto conservar sua qualificação.
- e) de uso restrito, que é inalienável enquanto conservar sua qualificação.

26. (Secretário de Diligências MPE-RS 2017 – MPE-RS)

Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca do Ministério Público e da Audiência de instrução e julgamento, a teor do disposto no Novo Código de Processo Civil.

- a) Intervindo nos processos como fiscal da ordem pública, o Ministério Público poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.
- b) Considerando o princípio da publicidade dos atos processuais, a audiência será sempre pública.
- c) O Ministério Público possui prazo em dobro para manifestação nos autos, não se aplicando o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.
- d) A audiência é uma e contínua, todavia, havendo concordância das partes, na ausência de perito ou de testemunha, poderá ser excepcional e justificadamente cindida.
- e) O Ministério Público, atuando como fiscal da ordem jurídica, intervirá nos processos que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

27. (Secretário de Diligências MPE-RS 2017 – MPE-RS)

De acordo com as disposições do Novo Código de Processo Civil sobre a comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) A intimação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.
- b) Será expedida carta de ordem para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro.
- c) A citação não será feita, salvo para evitar o perecimento do direito, de noivos, nos 3 (três) primeiros dias seguintes ao casamento.

d) Será determinada pelo juiz a citação por edital quando o oficial de justiça, após procurar o citando em sua residência ou domicílio, por 2 (duas) vezes, não o encontrar, e certificar no mandado haver suspeita de ocultação.

e) A citação por hora certa ocorrerá quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado pelo citando em seu domicílio ou residência e não o encontrar.

28. (Procurador do Estado – SEGEP/MA 2016 - adaptada

FCC) A respeito do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- a) Aplica-se o prazo prescricional de cento e vinte dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- b) Pode substituir ação de cobrança se a dívida for líquida e certa.
- c) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo legal.
- d) Poderá ser impetrado contra decisão judicial transitada em julgado, para a defesa de direito líquido e certo, se não houver fundamento para ação rescisória.
- e) Não poderá ser renovado, ainda que dentro do prazo decadencial, se houver decisão denegatória anterior, apreciando-lhe ou não o mérito.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

29 – (Agente da Polícia Civil – PC/AC 2012 IPAD)

“Apropriar-se, o funcionário público, de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”. Trata-se da definição legal do tipo penal de:

- A) concussão.
- B) corrupção ativa.
- C) tráfico de influência.
- D) prevaricação.
- E) peculato.

30 - (Juiz Leigo TJ/AC 2014 – TJ/AC) Sobre o crime culposo é CORRETO afirmar:

- A) negligência é uma atitude positiva arriscada ou perigosa, um agir sem cautela, sem a atenção necessária e com afoitamento.
- B) negligência é uma inatividade (forma omissiva), a ausência de precaução, a inércia do agente que, podendo agir para não causar ou evitar o evento danoso, não o faz por preguiça, desleixo ou desatenção.
- C) para a aplicação da pena restritiva de direito, o crime culposo não pode ultrapassar o limite de 4 (quatro) anos;
- D) no crime culposo aplica-se a redução pela metade do prazo prescricional, conforme procedimento adotado para aquele que, ao tempo do crime, era menor de 21 (vinte um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

31 - (Agente Penitenciário – SUSEPE/RS 2014 – FUNDATEC) Um detento que oferece ao agente penitenciário vantagem indevida, consistente em determinada quantia em dinheiro, para determinar que o funcionário público retarde ato de ofício, comete o crime de:

- A) Concussão.
- B) Corrupção ativa.
- C) Corrupção passiva.
- D) Tráfico de influência.
- E) Excesso de exação.

32 - (Técnico Judiciário – TRF 2ª Região 2012 - FCC) Nos crimes de ação pública, a ação penal será promovida através de:

- A) denúncia do Ministério Público.
- B) queixa-crime formulada pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo.

- C) portaria da autoridade policial.
- D) requisição do Ministro da Justiça.
- E) requerimento de qualquer pessoa maior e capaz.

33 - (Agente da Polícia Civil – PC/AC 2012 - IPAD) Dispõe o Código de Processo Penal, em seu art. 157, *caput* e § 1º:

"Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
§ 1º São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras".

O disposto no § 1º acima transcrito expressa orientação do(a):

- A) princípio da livre convicção do juiz.
- B) princípio do in dubio pro reo.
- C) teoria do ônus da prova.
- D) princípio da máxima efetividade constitucional.
- E) teoria da árvore dos frutos envenenados.

34 – (Agente de Polícia – Assembleia Legislativa/MS 2016 - FCC) Considere as infrações penais e as penas privativas de liberdade previstas:

- I. Dano ao patrimônio público – pena de detenção de 3 meses a 3 anos e multa.
- II. Desacato – pena de detenção de 6 meses a 2 anos de multa.
- III. Lesão corporal – pena de detenção de 6 meses a 1 ano.
- IV. Resistência – pena de detenção de 2 meses a 2 anos.

A Lei nº 9.099/1995 considera infração penal de menor potencial ofensivo o que consta APENAS em:

- A) II, III e IV.
- B) III.
- C) I, II e III.
- D) I e IV.
- E) I, II e IV.

JUIZADO ESPECIAL

35) (**CONSULPLAN - 2017 - TJ-MG - Oficial de Apoio Judicial – Adaptada**) Quais os critérios orientam os processos que tramitam nos juizados especiais:

- A) Oralidade e simplicidade.
- B) Economia processual e formalidade.
- C) Formalidade e morosidade.
- D) Celeridade e complexidade.
- E) Morosidade e complexidade.

36) (**Conhecimentos Básicos – Polícia Civil/GO 2016 - CESPE**) O juizado especial cível da justiça federal é competente para processar e julgar

- A) causa entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil.
- B) ação de anulação de ato administrativo federal de lançamento fiscal.
- C) ação sobre bem imóvel da União.
- D) mandado de segurança referente a disputa sobre direitos indígenas.
- E) causa entre organismo internacional e município brasileiro.

37) (**Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRF 4ª Região 2019 - FCC**). Sobre Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal, é correto afirmar:

- A) São regidos pela Lei nº 10.259/2001 e a eles não se aplica a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Estadual.
- B) Compete ao Juizado Especial Cível da Justiça Federal processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor máximo de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

C) Autarquias e fundações federais podem ser parte no Juizado Especial Cível da Justiça Federal, como autoras, desde que a causa respeite o valor de alçada.

D) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Cível da Justiça Federal, a sua competência é relativa.

E) Excluem-se da competência do Juizado Especial Cível da Justiça Federal as ações que tenham por objeto a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.

38) (**Juiz Leigo – TJ/GO 2017 – CS-UFG**) A assistência por advogado, nas causas em trâmite perante os juizados especiais cíveis, é obrigatória

A) nas causas cujo valor ultrapasse a quantia de até 30 salários mínimos.

B) para recorrer da sentença, salvo quando tal assistência não tenha sido prestada no primeiro grau.

C) em todas as ações, podendo o causídico representar seu cliente sem procuração escrita nos autos.

D) nas causas inferiores a 20 salários mínimos, quando o réu for pessoa jurídica ou firma individual.

E) nas causas cujo valor supere 20 salários mínimos, a partir da fase instrutória, sendo dispensada para a formulação do pedido e a sessão de conciliação.

39) (**Oficial de Apoio Judicial – TJ/MG 2017 – CONSULPLAN - adaptada**)

Com relação ao acesso ao juizado especial, assinale a afirmação correta:

A) Necessita do pagamento de custas em ambos os graus de jurisdição.

B) Não há necessidade de preparo de recurso.

C) A sentença de primeiro grau sempre condenará o vencido em custas e honorários de advogado.

D) Em segundo grau, o recorrente vencido, pagará as custas e honorários de advogado.

E) Os embargos de declaração não interrompem o prazo para interposição de recurso.

40) **(Procurador FAPESP 2018 - VUNESP)** Nos Juizados Especiais Cíveis, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

Relativamente ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, como regulamentado pela Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta.

A) Tem competência para julgamento de ação de despejo para uso próprio.

B) Podem nele tramitar demandas cujo valor da causa não supera 60 (sessenta) salários-mínimos.

C) Das sentenças nele proferidas, caberá recurso de apelação.

D) Poderá ser parte o incapaz, desde que acompanhado de um de seus genitores.

E) O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.